

Pesquisa Trata Brasil (FGV) Universalização de esgotamento sanitário precisa de R\$ 200 bilhões ou cinco PACs do setor

(Morillo Carvalho)

Brasília - O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) deve destinar R\$ 38,37 bilhões para saneamento básico. Mas para que todo brasileiro tenha água tratada, esgoto adequado e coleta de lixo são necessários R\$ 200 bilhões em investimentos no setor. Ou seja, ainda "são necessários este e mais quatro PACs", de acordo com o diretor de Água e Esgotos do Ministério das Cidades, Márcio Galvão.

Ele participou da apresentação da pesquisa Trata Brasil, organizada pelo instituto de mesmo nome e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), hoje (19), no Ministério das Cidades, em Brasília. A estimativa de R\$ 200 bilhões, citada por Galvão, é da Organização Mundial de Saúde (OMS). Galvão argumenta que os números são variáveis, por causa das metodologias utilizadas em pesquisas sobre saneamento.

"Em torno de 90% da população têm água em sua casa e para o esgoto você tem um número variável, se considerar somente a coleta e o tratamento. São perto de 80% dos domicílios com coleta, mas metade sem tratamento", disse Galvão. É que a pesquisa Trata Brasil considera que apenas 46,77% da população brasileira têm acesso ao esgotamento sanitário. Mas para o Ministério das Cidades, o número é de cerca de 84%, porque considera a fossa séptica como solução adequada para coleta e tratamento de esgoto.

Segundo o gerente de projetos de Saneamento Ambiental do PAC no Ministério das Cidades, Manoel Machado Filho, em entrevista à Agência Brasil, concedida há dois meses, o programa visa beneficiar cerca de 7,3 milhões de domicílios com coleta e tratamento. Dos R\$ 40 bilhões que o programa destina a saneamento básico, já foram pactuados R\$ 23,6 bilhões, sendo R\$ 10,1 bilhões para esgotamento sanitário.

"Desses recursos, todas as soluções que nós aplicamos são chamadas de sustentáveis. Ou seja, se formos fazer rede, fazemos, mas ela vai com tratamento junto", assegurou Machado Filho.

Com este número, o ministério espera diminuir dos atuais 16 milhões para 9 milhões o número de domicílios sem esgoto. "Quando o esgoto não é tratado, invariavelmente ele é disposto num corpo d'água receptor, como um rio, lago ou o próprio mar. Enfim, ele vai poluir os corpos hídricos", disse Machado Filho, na entrevista.

Pesquisa aponta necessidade de investimento em saneamento para garantir saúde à população

Da Agência Brasil

Brasília - A relação direta entre acesso ao saneamento e saúde das populações é uma das conclusões da pesquisa Saneamento e Saúde, divulgada hoje (19) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Um exemplo disso, é o dado do estudo de que crianças até seis anos de idade sem acesso à rede de esgoto têm 32% de chances maiores de morrerem.

O presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Danilo Fortes, destacou a importância do saneamento básico na política de saúde. "Em Canindé do Ceará foi feito o saneamento básico em 50% do município e isso reduziu em 60% as internações hospitalares por doenças de veiculação hídrica", exemplificou Fortes.

Por isso, a (Funasa) deverá dobrar os investimentos em saneamento básico nos próximos anos. Os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), deverão permitir investimentos de cerca de R\$ 1 bilhão ao ano para obras de água e esgoto em municípios com até 50 mil habitantes, informou Danilo Fortes. Segundo ele, o aumento de recursos para o saneamento básico é necessário para corrigir a falta de investimentos no setor na última década.

O estudo da FGV destacou que o Brasil só gasta 0,09% do PIB (Produto Interno Bruto) em saneamento básico. Desse modo, apenas 46% da população brasileira tem acesso a tratamento de esgoto, índice que diminuiu para 2,9% nas áreas rurais.

De acordo com Danilo Fortes, são justamente essas populações, as mais prejudicadas, o foco do PAC da Funasa, que pretende atingir prioritariamente as populações isoladas, como indígenas, quilombolas e assentados rurais, e os 1.356 pequenos municípios (menos de 50 mil habitantes), que, segundo os dados da Funasa, possuem os maiores índices de mortalidade infantil.

Essas ações pretendem subir, nessas cidades, de 38% para 65% o número de beneficiados com sistema de esgotos. Além de possibilitar que ao menos um terço das aldeias indígenas tenham esgotamento sanitário. De acordo com o presidente

da Funasa, o índice atual é de menos de 20% de esgotos nas áreas indígenas.

Falta de saneamento está relacionada a política de exclusão social, diz pesquisador

Da Agência Brasil

Brasília - A falta de acesso a serviços de saneamento básico atinge principalmente a população mais pobre, de acordo com os dados da pesquisa Saúde e Saneamento, divulgada hoje (17) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) José Ferris o fato está relacionado a uma política de exclusão social.

"Isso é um reflexo de toda essa política de exclusão social, quer dizer, a população de baixa renda tem muito menos acesso a esses serviços e é muito mais penalizada por estar exposta a doenças originárias dessa falta de saneamento", ressaltou o pesquisador.

Os dados da pesquisa mostram que o acesso à rede de esgoto varia de um índice de 25,57% para as pessoas sem nenhum ano de instrução para 70,83% entre a população com 12 ou mais anos de estudo.

Outro indicativo dessa desigualdade é que apenas 17,55% da população sem acesso a saneamento pleno possui plano de saúde privado, contra 35,48% do restante da população.

José Ferris destacou que a falta de saneamento traz dois tipos de prejuízos: a perda financeira para o tratamento no sistema de saúde e a queda da produtividade devido ao afastamento de pessoas do trabalho em virtude de doenças adquiridas.

A probabilidade de hospitalização, por exemplo, foi de 7,37% na população sem saneamento, enquanto a população com acesso à rede de esgoto teve uma chance de 6,62% de necessitar do mesmo tipo de tratamento, indicou o estudo da FGV.

A falta de políticas públicas de saneamento básico é a principal razão para os problemas indicados pela pesquisa, na opinião de José Ferris. "Desde o final dos anos 80, quando o Planasa (Plano Nacional de Saneamento) foi extinto, o Brasil teve uma taxa de investimento muito pequena em saneamento e essa taxa só começou a se recuperar nos últimos anos, a partir de 2002", explicou o pesquisador.

Para ele, é importante a criação de mecanismos fiscais para estimular os investimentos das companhias de saneamento estaduais e também das concessionárias privadas e a definição de regras claras para o reajuste de preços dos serviços de saneamento.

Crianças de 1 a 6 anos são maiores vítimas da falta de saneamento, revela pesquisa

Brasília - Apenas 46,77% da população brasileira tem acesso ao esgotamento sanitário. As mais prejudicadas pela falta de saneamento são as crianças de 1 a 6 anos. Esta é a conclusão da pesquisa Trata Brasil, organizada pelo instituto que leva o mesmo nome e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgada hoje (19) no Ministério das Cidades, em Brasília.

"As maiores vítimas são as crianças porque são mais afetadas pelas condições ambientais. A criança que brinca na vala negra quando já tem essa idade, mas tem impacto também sobre o aproveitamento escolar. Ao mesmo tempo o acesso ao saneamento básico, as obras, não só evitam problemas de saúde, como também geram emprego e renda onde o emprego é raro, que são nas grandes favelas", defende o coordenador da pesquisa, Marcelo Neri.

A pesquisa revela que a taxa de mortalidade de crianças nesta faixa etária, de 1995 a 1999, era de 3,75% entre a população que não possuía acesso à rede de esgoto, e de 2,35%, entre a população que possuía. Entre 2001 e 2006, os números são de 2,89% e 2,25%, respectivamente.

"A pesquisa identifica um importante impacto sobre a mortalidade de crianças de 1 a 6 anos e do número de filhos nascidos mortos. Isso é só a ponta do iceberg, os custos são muito maiores, as crianças que não têm aproveitamento escolar. O número maior é que cada real que você gasta em saneamento você economiza R\$ 4 na área de saúde", detalha Neri.

Um agravante para essa situação é que a taxa de redução da pobreza anda quatro vezes mais rápido do que o acesso ao saneamento. Ou seja, nesse ritmo, de acordo com Neri, seriam necessários mais 56 anos para que a meta do milênio - de reduzir pela metade o déficit do saneamento - seja atingida. Há 14 anos, o esgotamento sanitário atingia apenas 36,02% da população - o crescimento nesse período foi de cerca de 10%.

O dado sobre o saneamento leva em consideração apenas os domicílios em que o esgoto é coletado por redes, descartando aqueles que possuem fossas sépticas - solução que o Ministério das Cidades considera adequada para o

destino dos dejetos e eleva o percentual brasileiro de coleta para quase 90%. Para Neri, a pesquisa serve para mobilizar a sociedade sobre seus direitos básicos.

"A mudança [se dá] através de informar a ação. Quer dizer, a mãe de família perceber qual é a falta de saneamento no seu bairro, no seu município e mobilizar sua população sobre direitos básicos. Uma parte do movimento pode ser chamada de ao invés de um computador por criança, uma privada decente por família. Há coisas básicas da existência das pessoas que estão sendo deixadas de lado. Está se pensando num computador, quando um padrão civilizatório mínimo não está sendo alcançado", afirma.

Todos os dados e os cruzamentos da pesquisa são baseados na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e estão disponíveis na internet, no site da Trata Brasil.